



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VIII - Nº 134 - 2ª QUINZENA DE JUNHO DE 1997 - R\$ 1,00

A condenação de José Rainha e os processos contra Stédile e Gilmar Mauro são ataques do governo e da burguesia ao MST e às ocupações de terra.

Somam-se a mais assassinatos em Pernambuco e a mais uma medida provisória contra as ocupações.



Nossa resposta deve ser a defesa das ocupações e do direito à autodefesa dos sem-terra.

Tribunais Populares para julgar a burguesia assassina!

Comitês contra a opressão social e política, em defesa dos dirigentes perseguidos.

Aliança Operário-camponesa!

FHC e seu plano antinacional e antipopular se desgastam.

É preciso dar unidade às greves que vêm ocorrendo.

Somente a luta nacional e unitária de massa pode enfrentar o governo e os patrões e pôr abaixo o plano de fome de FHC.

Por uma Plenária Nacional de base!

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

O governo pró-imperialista de FHC não só entrega as indústrias nacionais para os capitalistas estrangeiros, como também entrega dinheiro nas mãos destes empresários (o caso da Peugeot) para garantirem a produção com mão de obra barata e novos consumidores para suas mercadorias. A política de privatização vai mais longe; empresta dinheiro para as multinacionais para que comprem as estatais. As privatizações já renderam US\$ 25,6 bilhões, mas só serviram para favorecer os credores às custas da miséria dos assalariados e do desemprego em massa. As privatizações causam o fechamento de fábricas, demissões, arrocho salarial, superexploração do trabalho, etc.

O palabreado de investimento estrangeiro e integração do país no mercado mundial tem custado muito aos trabalhadores.

O tempo que um operário fica desempregado tem aumentado ano a ano e o que o governo faz é apresentar programas de atendimento ao desempregado: criação de balcões de emprego, inclusive, nos sindicatos, bilhetes do metrô grátis por 180 dias. As direções sindicais negociam a anistia nas contas de água e luz e até empréstimos para desempregados abrirem seu próprio negócio etc. Isso diante de um governo que somente em dois anos é responsável pela destruição de 700 mil postos de trabalho.

Os operários empregados e desempregados somente podem preservar seus empregos se levantarem uma luta para colocar abaixo a política entreguista-antipopular de FHC. A classe operária deve se colocar em defesa das empresas estatais, exigir o fim das privatizações e a reestatização das já privatizadas.

O caminho das lutas

* Motoristas do município de Sumaré fazem greve durante 9 dias e conquistam reposição de 9%.

* Borracheiros das indústrias pneumáticas Firestone, Goodyear e Pirelli iniciam campanha pela reposição das perdas salariais de 7%, 10% de aumento real e R\$ 2.500 de PLR. Proposta patronal, já recusada pelos operários, é de 3% de reajuste e R\$ 1.400,00 de PLR.

* Funcionários estaduais da saúde de São Paulo, em greve desde o dia 02/06, fazem passeata da avenida Paulista à Assembleia Legislativa. Na sexta-feira, 13, protestam em frente à Secretaria da Saúde contra o atraso do vale-transporte e exigem atendimento às reivindicações: "Vamos espantar o azar! Mais sorte, saúde e salário". Reivindicam 124% de reposição, piso de 3 salários mínimos e aumento no vale-refeição de R\$ 2,40 para R\$ 8,00.

* Costureiras da Valisère, de Mauá, fecham acordo do piso salarial que passou para R\$ 227,00 para iniciantes e R\$ 265,00 para qualificados. O piso salarial da categoria está fixado em R\$ 280,00 e R\$ 351,00 e R\$ 397,80 para as demais funções. As costureiras da Valisère devem exigir dos patrões o piso coletivo da categoria.

* Metalúrgicos da Eluma brigam por Participação no Lucro e Resultados (PLR)

* Trabalhadores da Limpeza Pérola, terceirizados da Ford, são demitidos para reduzir os gastos dos patrões. Os metalúrgicos denunciam as demissões e reclamam da sujeira dos banheiros e das ruas da fábrica. O cipeiro, no entanto, argumenta que a limpeza no setor de usinagem permanece inalterada.

* Ferroviários da MR Logística não aceitam reajuste de 5% e jornada de 8 horas para maquinistas. Reivindicam 15% de reposição e jornada de seis horas.

* Trabalhadores da New Suporte, que presta serviços de limpeza à agência do Banco do Brasil, entram em greve contra o calote no pagamento dos salários de maio.

* Metroviários e suas famílias protestam contra a terceirização da creche pela Companhia do Metrô.

* Aposentados de Santos protestam contra a política salarial e a reforma da previdência, distribuindo bananas à população. Reivindicam as perdas dos 8 últimos anos e a mudança do pagamento do benefício de até o 10º dia para até o 5º dia útil do mês.

* Trabalhadores da construção civil (70) ocupam prédio do sindicato patronal (Sinduscon) contra a falta de acordo sobre reajuste salarial e as cláusulas sociais (que patrões querem reduzir de 50 para 14). Reivindicam reajuste de 8,2% e renovação das cláusulas sociais de 95.

Greve na PM de Minas Gerais

Policiais militares de Minas Gerais fazem greve geral reivindicando reajuste salarial conforme já foi concedido aos oficiais superiores. Ganham entre 280 e 320 reais por mês, o que os empurra, para sobreviverem, a todo tipo de delitos, e mantém suas famílias na mais completa miséria.

Realizam grande passeata em Belo Horizonte, ganhando a simpatia da população e até do prefeito, do PSB, que não perdeu a oportunidade para fazer demagogia eleitoralista. Destaca-se a participação dos soldados e polícia feminina uniformizados, enfrentando as ameaças de prisão feitas pelo comando. Os policiais devem se juntar aos operários, camponeses e demais trabalhadores na luta antiimperialista e anticapitalista.

Vale privatizada inicia demissões

A Companhia Vale do Rio Doce, privatizada dia 06 de maio, demitiu 266 operários do setor de manutenção e limpeza da unidade de produção de minério de ferro. São funcionários da subsidiária Florestas Rio Doce. Outros 350 trabalhadores, entre vigilantes, mecânicos, motoristas e auxiliares de serviços gerais devem ser cortados até agosto. O objetivo dos novos patrões é terceirizar para reduzir os gastos sociais. Em Itabira, MG, mais de 900 trabalhadores devem ser demitidos e um total de 2.400 nos demais Estados.



FHC se desgasta diante das massas e busca ampliar apoio entre partidos burgueses

A cada nova pesquisa de opinião pública, fica evidente que o governo FHC e o plano Real mais se desgastam diante das massas. Entre os setores burgueses que apóiam o governo, amplia-se o número de deputados dissidentes, o que levou o governo a derrotas na votação da reforma administrativa. O escândalo da compra de votos para a reeleição provocou o afastamento de Sérgio Motta da coordenação política do governo, condição exigida pelo PFL para assumir a liderança do governo na Câmara dos Deputados.

FHC busca ampliar seu apoio com a concessão de mais dois ministérios importantes ao PMDB, em especial a setores que obstaculizaram a votação da reeleição, como Iris Resende. FHC mostra assim a face de um governo que é fruto de uma grande frente oligárquica burguesa, que agrupa setores com interesses em choque aberto, o que lhe confere instabilidade permanente e constante necessidade de negociação para aprovação de reformas constitucionais.

A aproximação das eleições gerais de 1998 aumenta as dificuldades para prosseguir com as votações das reformas administrativa e da previdência. Praticamente já se declarou aberta a corrida à sucessão presidencial. No Senado, evidenciou-se os choques entre os caciques Simon, ACM, Sarney e até Itamar. A disputa eleitoral ganha importância e reduz a capacidade de aprovação das reformas neoliberais no Congresso, já que os deputados, senadores e mesmo os governadores já buscam a preparação para a corrida eleitoral. Por isso, o governo pressiona o parlamento para avançar a aprovação

das violentas reformas administrativa e da Previdência.

Alguns setores da base governista lançaram a idéia da convocação de uma reforma constitucional mais ampla em 1999, que poderia fazer alterações na Constituição com maioria simples, não os três quintos exigidos atualmente. Com essa medida, procuraram chantagear os setores de oposição ao governo. Mas o próprio FHC tratou de combater a idéia, porque significaria o adiamento definitivo de todas as reformas para daqui a dois anos, e o governo estaria praticamente paralisado até lá. Pior ainda, estaria submetido a um Congresso do qual ainda não conhece a composição.

Com a escolha de Luís Eduardo Magalhães para a liderança na Câmara e coordenação política, o PFL fica ainda mais fortalecido no interior do governo. O PSDB perdeu espaço para os peefelistas e para setores do PMDB, e ficou ainda mais dependente do apoio oligárquico.

Tudo indica que o governo vai insistir nas votações das reformas, buscando meios de viabilizá-las com a atribuição das votações mais importantes a uma comissão especial do Congresso, para evitar as manobras obstrutivas da oposição. Se conse-

guir, submeterá ainda mais o impotente parlamento da semicolônia ao poder executivo.

Enquanto o governo atravessa sua maior crise, juntamente com o plano Real e a política econômica, que sofre críticas sistemáticas de industriais do sudeste, a oposição está completamente paralisada.

O PT gostaria de aproveitar a situação para obter vantagens eleitorais. Se tivesse sucesso, já seria terrível para as massas verem seus anseios de luta bloqueados e desviados para o eleitoralismo. Mas o PT nem isso consegue fazer, encontra-se paralisado pelas consequências das denúncias de corrupção envolvendo Lula e seu compadre, que se beneficiaram das negociatas da Cpem com os municípios.

O movimento operário precisa de um canal para expressar suas tendências de combate ao governo antinacional e antipopular e seu plano. As direções das organizações operárias, camponesas, populares e estudantis estão sob a influência do reformismo impotente. Uma plenária nacional de base, formada a partir de assembleias e plenárias de base em todos os setores, e com poderes acima das direções conciliadoras, poderia se colocar pela luta grevista unitária e nacional para combater FHC e seu plano de conjunto.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTE JORNAL

Publicamos abaixo o manifesto do Comitê Contra a Opressão Social e Política, que se reúne na PUC/SP e que tem feito uma campanha sistemática de denúncia e mobilização contra os crimes de classe da burguesia contra os trabalhadores.

Mais um massacre de trabalhadores agrários

Jagunços contratados pelo usineiro Rui Ramos invadiram com armas em punho o acampamento de sem-terra em Nazaré da Mata, Pernambuco. Tomaram de surpresa os camponeses desarmados. Atiraram ferindo vários deles. Fizeram dois reféns, Inácio José da Silva e Pedro Augusto da Silva. Em seguida, os fuzilaram. Seus corpos foram encontrados no matagal.

Está aí a descrição de como o problema da terra é encarado e o movimento camponês combatido pelos latifundiários. Certamente não nos é novidade. Trata-se de uma repetição dos crimes de classe contra os trabalhadores agrários. As ocupações, acampamentos e até mesmo manifestações, como a marcha de Eldorado de Carajás, são respondidos com chacinas, ora sob a responsabilidade dos governantes ora dos fazendeiros. Desta vez ocorreu sob o governo do Sr. Miguel Arraes, do PSB, acusado pelos sem-terra de estar aliado aos usineiros.

Por tradição, os crimes de classe da burguesia contra trabalhadores ou são acobertados ou justifi-

cados como legítimos. Recentemente, a polícia militar de São Paulo matou dois sem-teto que defendiam a moradia. O governador Mário Covas do PSDB e o novo Ministro da Justiça Íris Resende do PMDB consideraram natural que assim acontecesse. A supressão de vidas ocorre no interior dos movimentos sociais e tudo é tido como mais um caso isolado para se obscurecer as raízes da violência reacionária do Estado e dos capitalistas.

As lutas sociais não só são inevitáveis como crescerão cada vez mais. E não somente no Brasil, mas em todo mundo. A razão está na situação convulsiva provocada pela incapacidade do sistema econômico capitalista resolver suas contradições estruturais. Baseado na intensificação do trabalho e na pobreza crescente das massas, está avançando para uma escala inimaginável de crise social. Como vemos, esta é fruto das leis de funcionamento de uma economia apodrecida.

O desemprego avança por toda parte, os salários são, via de regra, reduzidos e antigas conquistas sociais são liquidadas pelas reformas neoliberais. Nos países em que a estrutura agrária conserva a existência da classe camponesa, própria de países capitalistas atrasados e submetidos às potências, como é o caso do Brasil, a opressão de classe produz os sem-terra e os sem-trabalho.

O que é o MST senão expressão dessa realidade econômica e social? E o que fazem os governantes? Não podem dar um passo sério para resolver a crise do campo, uma vez que ela expressa a decadência geral do sistema capitalista de produção.

A reforma agrária de FHC é uma

farsa descarada. As ricas desapropriações para assentamentos servem mais aos interesses dos latifundiários e da burocracia corrupta do Incra. Os camponeses minifundiários, os sem-terra e os assentados continuam a sofrer as conseqüências de uma economia voltada contra os que trabalham e favorável à monumental concentração monopolista de riqueza.

O combate ao movimento dos sem-terra com armas e sangue, ou, na melhor das hipóteses, com processos e prisões, é o curso tomado pelo conflito de classe. O que mostra que a classe burguesa não está disposta e não pode fazer reformas para atender, mesmo que parcialmente, as reivindicações dos trabalhadores agrários. Assim, todo seu poder se concentra na repressão aos movimentos.

A impunidade da oligarquia que arma jagunços é escorada pela impunidade da polícia militar que assassina em nome da lei e da ordem, impostas pelos exploradores e a eles convenientes, não importando se homens, mulheres e crianças morram de fome e frio. As chacinas não podem ser compreendidas de outra maneira. Caso contrário, acaba-se colocando de acordo com a idéia de que elas são justificáveis em nome dos interesses dos poderosos.

Do ponto de vista dos trabalhadores, trata-se de exigir que sindicatos, CUT, UNE, Centros Acadêmicos, movimentos populares, correntes de esquerda organizem a mobilização em defesa de um programa de luta que inclua a punição dos carrascos, fim das chacinas e direito à autodefesa contra as armas do Estado e dos latifundiários.

Um julgamento e condenação políticos de José Rainha Uma farsa vergonhosa

Está aí o retrato, sem pintura ou retoque, da Justiça patronal. O Tribunal, mal-denominado júri popular, em Vitória do Espírito Santo, condenou o líder dos sem-terra José Rainha a 26 anos de prisão, por suposto assassinato de um fazendeiro e um PM. Nenhuma prova material foi apresentada. Nenhuma testemunha compareceu. Inventaram o alibi de que uma das testemunhas não compareceria por medo de represália do MST.

O advogado de acusação baseou seus argumentos em torno da idéia de que José Rainha era perigoso para a propriedade privada. Vejam o seu apelo: "Em nome da segurança dos nossos filhos, em nome da família, condenem este homem, pelo amor de Deus".

A que ponto chega a justiça burguesa. Sequer tem o trabalho de disfarçar a farsa. O circo montado faz seu espetáculo sem os mágicos. O objetivo era golpear uma das lideranças do MST. Não importa se a mentira e a encenação seriam as armas. Não importa que todo país



veja a caricatura de um julgamento político-ideológico contra o MST.

A burguesia está segura de que pode fazer tudo o que quer. Mata camponeses, processa e condena lideranças, mente e falseia em suas campanhas contra os movimentos sociais etc.

Só tem uma via para pormos fim a tal ordem de valores: organizar a mobilização nacional contra tais crimes dos poderosos e estabelecer a unidade entre os trabalhadores do campo e da cidade.

João Stédile e Gilmar Mauro, também na mira do governo

Por uma declaração defendendo a luta dos trabalhadores contra a fome, João Stédile passou a ser réu de um processo movido pelo governo FHC. Nas mesmas condições, pretende o governo colocar o líder Gilmar Mauro.

Se juntarmos todas as peças, veremos que estamos diante de uma ofensiva estratégica organizada para destruir o MST. Há algum tempo a UDR e homens como Jarbas Passarinho vêm exigindo pôr o MST na ilegalidade.

O crescimento social do movimento camponês mostra bem a realidade de classe do Brasil. Está aí por que os oligarcas e todo tipo de reacionarismo se manifestam com a barbárie contra os trabalhadores. Impõem a barbárie

social com o desemprego e a fome. E combatem os movimentos com a barbárie da repressão. Essa são duas faces da mesma moeda.

Chega de perseguição às lideranças! Chega de massacres! Chega de fome e miséria! Que as terras sejam entregues a quem nela trabalha!

O que o Partido Operário Revolucionário vem defendendo

Para se barrar as chacinas e todo ataque do governo contra o movimento dos trabalhadores agrários é necessário se constituir comitês de base por todo país, que se baseiem num programa de combate ao capitalismo. Sem um poderoso movimento de massa e uma sólida organização de base, a burguesia e seus governos derrotarão o movimento social que reage à política econômica neoliberal e à desintegração do capitalismo. Trata-se de defender o programa da revolução e ditadura proletárias, sem o qual apenas se cria ilusão nas possibilidades do MST. Esse programa é o da aliança operário e camponesa.

Nacional

Mais uma medida do governo contra os camponeses

O projeto do governo que exclui qualquer vitória e desapropriação de terras ocupadas pelo MST ou por qualquer outro movimento é mais uma ofensiva da reação latifundiária. Com essa decisão de política agrária, o governo FHC procura mais um meio para justificar a repressão ao MST.

A legalidade burguesa serve para acobertar sua ação mais decisiva, que são os massacres e prisões dos lutadores. A democracia dos capitalistas funciona para proteger a propriedade privada dos meios de produção e assegurar a crescente concentração de riquezas nas mãos da minoria. Está aí por que os reformistas que acreditam no controle democrático pelas massas sobre o Estado e sobre os partidos da burguesia, iludindo com o eleitoralismo, acabam compactuando com a reação oligárquica.

Do parlamento só podem sair medidas antioperárias e anticamponesas. A marcha das reformas neoliberais e as novas leis contra o MST mostram esta conclusão.

A tendência das massas é de virem a se chocar abertamente contra a ordem capitalista e todo seu aparato político. Assim, a acumulação de forças resultará

do desenvolvimento da luta de massa e da organização de base. Porém, o democratismo pequeno-burguês coloca os movimentos na dependência do parlamento, ou seja, da política dos partidos hegemônicos da burguesia e esfacela as organizações sindicais e populares.

É o que temos visto com a política do PT e da burocracia sindical da CUT. Esta se mostra impotente diante dos ataques do governo à vida das massas e aos movimentos organizados, particularmente, no momento, ao MST. Enquanto sob o governo de Arraes os usineiros armam jangões para assassinar trabalhadores sem-terra, o PT de Lula costura alianças com o mesmo governador do PSB. Enquanto os capitalistas demitem em massa, a direção metalúrgica do ABC fala em reduzir as greves. E assim caminha o reformismo.

É claro que com esse tipo de oposição o governo pró-imperialista e antipopular do PSDB/PFL tem as mãos livres para impor suas reformas e para golpear os movimentos que procuram a via da luta. Portanto, não podemos desvincular as ações do governo contra as massas da conduta política do reformismo petista e seus aliados da frente popular. Sua responsabilidade vai se tor-

nando cada vez maior frente ao cerceamento imposto pelo governo à liberdade política dos movimentos que expressam a polarização de classes.

A posição do POR no interior dos movimentos é a de defender sem atenuante uma linha revolucionária de destruição do capitalismo e de construção do socialismo. O que quer dizer organizar os movimentos para a revolução proletária. A resistência aos ataques do governo é um passo nesse sentido. Para os reformistas, tudo é o contrário. Trata-se de não resistir com a ampliação do movimento de massa. E sim constituir uma alternativa eleitoral para supostas reformas no futuro.

Se esta política continuar a dominar os sindicatos, CUT e movimentos, incluindo o MST, em detrimento da revolucionária, a burguesia imporá duras derrotas aos trabalhadores do campo e da cidade. A vanguarda militante e setores avançados do movimento estão diante da tarefa de reverter essa situação se organizando em torno do programa e da tática da revolução proletária, o que equivale a construir o partido operário revolucionário.



Renegociação das dívidas dos estados dará mais poder ao governo federal

As monumentais dívidas dos estados são mais uma prova da sua falência financeira. As conseqüências vemos todos os dias. Exemplo: Alagoas está com os salários do funcionalismo atrasados há 8 meses, o que fez com que os servidores abandonassem seus serviços em busca de meios de sobrevivência.

O governo FHC fechou um acordo com os governos estaduais para que as dívidas fossem assumidas pelo governo federal, com prazos de trinta anos para pagamento. Em troca, FHC impôs con-

dições duríssimas e de controle rígido da federação sobre os estados. Dessa forma, os orçamentos estaduais estão sob controle do governo federal. A anterior descentralização administrativa trazida pela Constituição de 1988 morreu com o aumento de poderes do governo federal sobre os estados falidos, expondo a incapacidade de se construir plenamente a democracia burguesa em um país atrasado, submetido à opressão imperialista.

Dessa forma, FHC consegue criar condições mínimas para que os governadores possam executar algumas obras e criar as bases para a reeleição deles e de FHC. Ao mesmo tempo, garante que todos eles atuem de acordo com a política ditada pelo governo federal, aplicando em cada estado a reforma antinacional e anti-

popular de FHC, imposta pelo imperialismo. O que significará para as massas mais arrocho salarial, desemprego, miséria, corte de direitos sociais, destruição dos serviços públicos etc.

A renegociação das dívidas estaduais é mais uma prova de que os estados estão afogados no sustento do parasitismo financeiro, estão submetidos ao governo federal capacho do imperialismo e servirão de instrumento para aplicar as reformas neoliberais.

Os operários, camponeses, demais trabalhadores e estudantes devem se erguer unitariamente para travar o combate aos governos estaduais e ao plano de fome e miséria.

Nacional

O Plano de Fome de FHC e as Rebeliões

De alguns meses para cá, vemos diariamente rebeliões nos presídios e cadeias de todo o país. Este é um problema que mostra as próprias contradições do sistema capitalista. Só no estado de São Paulo já ocorreram mais de 57 rebeliões.

Parte do governo paulista, com o apoio da grande imprensa, procura responsabilizar as rebeliões à formação de uma organização criminosa no interior dos presídios, o autointitulado PCC (Primeiro Comando na Capital). Se bem que possa haver a possibilidade de algum grupo se aproveitar da situação para obter benefícios próprios, o grande causador deste estado de coisas se deve principalmente à superlotação das penitenciárias e isto acontece por problemas inerentes à própria crise capitalista agravada com o Plano de FHC.

Podemos traçar em rápidas linhas o problema da seguinte maneira. O Plano recessivo imposto pelo FMI e aplicado por FHC aumenta o desemprego que, por sua vez, eleva a marginalidade. Por outro lado, objetivando diminuir o custo da máquina estatal, o governo há alguns anos vem desviando parte do orçamento de estados e municípios,

além das áreas sociais (educação, saúde, habitação, sistema prisional etc.), para um fundo que tem por objetivo básico diminuir o problema de caixa do governo (o agora chamado FEF). O governo utiliza deste processo visando à privatização destes serviços sociais.

O que há algum tempo observamos na saúde e na educação vemos agora no sistema prisional. O governo se nega a investir, as condições de sobrevivência no interior das penitenciárias se deteriora a cada dia, os processos ficam cada vez mais lentos, milhares de pessoas que já poderiam estar livres continuam nos presídios, aumenta a corrupção entre agentes penitenciários e os próprios administradores do sistema.

As recentes rebeliões refletem o caos social no país. As ações extremas, como a de matar um colega de cela por dia, são uma forma desesperada de defesa de espaço vital.

Como afirmamos acima, este problema só tende a se agravar porque é um problema intrínseco da atual fase da crise capitalista, e que somente com a derrubada deste sistema opressor poderá ser resolvido.

OBRAS COMPLETAS DE GUILLERMO LORA

Já foram publicados os 20 primeiros volumes, e já os temos no Brasil. A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40. Adquira com o distribuidor deste jornal.



As raízes da crise no PT

Os dirigentes do PT programaram atos de desagravo à sua maior figura: Lula. Não faltaram discursos lembrando a militância heróica de Lula à frente das greves do ABC e lágrimas de emoção. Mas essas encenações não apagam o real problema do PT. Ou seja, sua irreversível integração na política burguesa e o papel de Lula no processo de aproximação com os partidos da burguesia.

As correntes radicais de esquerda (centristas), como PSTU e Causa Operária, justificaram no passado sua campanha eleitoral pró-PT com o argumento de que Lula era referência do movimento operário. Isso quando as evidências de corrupção política de Lula eram evidentes com sua aproximação a figuras da política patronal, com Miguel Arraes e Brizola. Agora, o resultado de sua traição ao movimento operário parece impetuosamente através da denúncia de Paulo de Tarso Vasconcelos.

Se antes a burguesia usou expedientes sujos como as revelações de ordem estritamente pessoais, o que pesou na luta eleitoral, agora a denúncia de corrupção vem das fileiras do próprio PT. E pouco adianta o argumento de que o governo FHC está se aproveitando de injúrias contra Lula para tirá-lo da candidatura à presidência ou para se evitar a CPI da compra de votos.

O problema é mais amplo do que a vinculação de Lula com protetores. Por todos os lados explodem crises pelos mais variados motivos. E sempre ligados à administração petista. O fato é que a inserção do PT na máquina do Estado o tornou um partido não só ideologicamente comprometido com a burguesia mas também responsável pela gestão do capitalismo apodrecido. E não há como se fazer uma política burguesa limpa.

O problema é mais amplo do que a vinculação de Lula com protetores. Por todos os lados explodem crises pelos mais variados motivos. E sempre ligados à administração petista. O fato é que a inserção do PT na máquina do Estado o tornou um partido não só ideologicamente comprometido com a burguesia mas também responsável pela gestão do capitalismo apodrecido. E não há como se fazer uma política burguesa limpa.

O Estado reflete os interesses dos grupos econômicos. Ele é a superestrutura da economia capitalista. E quanto mais essa se decompõe por contradições, insolúveis em si mesmas, a classe dirigente mais apodrece e com ela suas relações políticas. O PT, ao fazer parte desse mundo, passou a depender das empreiteiras,



Enquanto as massas sofrem as consequências do plano antinacional e antipopular de FHC, o PT trabalha por uma aliança eleitoral com setores da burguesia.

banqueiros, comerciantes etc.

A disputa pelo poder do Estado entre os partidos da ordem está determinada pela capacidade econômica do partido e esta está determinada pela ligação dos partidos com os mais variados interesses das frações capitalistas. O PT se entranhou nessa relação. Isso explica a crise no Espírito Santo, em Brasília com o Buarque fazendo corte ao governo FHC, as denúncias contra Fortunati no Rio Grande do Sul e agora o rosário de escândalo em São Paulo.

O que os petistas não querem ver, e entre eles as correntes de esquerda, é que o PT exerce em parte a ditadura de classe da burguesia sobre os trabalhadores. Dizemos em parte porque ainda ocupa um papel auxiliar na política burguesa de gestão do Estado. Assim, toda moralidade antes defendida pelo PT nunca deixou de ser uma máscara para sua diretriz de integração no Estado burguês.

Não há outro caminho para tal objetivo senão o canal eleitoral. Nisso o PT depende das massas exploradas. Mas primeiro depende do dinheiro da burguesia para convencê-las com propagandas enganosas.

A promessa de reformas soa abertamente demagógica para os explorados, que sob a política eleitoral via de regra se encontram submetidos aos velhos partidos da burguesia, que entre si fazem o jogo de situação e oposição. O discurso da ética, da

cidadania e da moralidade, que virou lema com a frase "modo petista de governar", não poderia se sustentar como máscara por muito tempo, uma vez que o PT passou a fazer parte do jogo de poder da burguesia.

O caudilho Lula, que passou a usar de sua influência conquistada nas greves do ABC, também não ficaria incólume. Obrigatoriamente, teve de adotar o modo burguês de viver. Dizemos, nesse caso, o modo parasitário de viver da política. A corrupção da conduta política é a outra face da corrupção material, que se expressa de muitas maneiras.

O escândalo que se abate sobre o maior líder do PT não é de ordem puramente pessoal. Trata-se de uma contingência da política reformista e pró-capitalista do PT, que Lula transpira por todos os poros. Mais uma vez se cumprem as leis da história e da política: toda conduta que preserve a sociedade de classes faz de seus defensores parte dos algozes dos oprimidos, ainda que suas raízes de classe estejam no proletariado e ainda que tenham dirigido grandes movimentos grevistas.

Os revolucionários se diferenciam por comprometerem toda sua vida ao programa da revolução proletária e com a idéia motriz do marxismo de defender o fim de toda e qualquer sociedade de classes. O PT não só está morto para tal finalidade como se tornou um instrumento da classe dominante contra a emancipação do proletariado. É preciso combatê-lo em defesa da construção de um verdadeiro partido da classe operária.

NACIONAL



FHC destrói a saúde e faz demagogia na TV

O governo iniciou uma campanha nos meios de comunicação, supostamente "educativa". Contratou uma série de artistas e personalidades para chamar a atenção da população para problemas como a transmissão da AIDS, prevenção do câncer etc.

Enquanto isso, destrói a saúde pública cortando-lhe recursos, municipalizando e privatizando. Recentemente, centenas de milhares de vacinas tríplices importadas mostraram-se absolutamente ineficazes, e o ministério da saúde teve de chamar as crianças para uma nova vacinação.

A malária, que esta-

va extinta no sudeste há 20 anos, voltou a aparecer no Rio de Janeiro.

Casos de sarampo foram registrados em uma escola de São Paulo, o que levou a mais uma vacinação, porque a progressão da doença mostrava que mais de uma vez as vacinas aplicadas anteriormente estavam sem efeito.

Ainda em São Paulo, os trabalhadores da saúde entraram em greve por reajuste salarial, que não acontece há três anos. Denunciam que hospitais públicos estão servindo muito mais a convênios particulares que à população carente.

A destruição da saúde é parte do plano antinacional e antipopular de FHC. Trata-se de uma forma do governo economizar dinheiro para entregá-lo ao parasitismo financeiro, que consome metade de todos os recursos federais. Por isso, a greve de

um setor isolado não será capaz de fazer frente a uma ofensiva nacional e centralizada do governo contra todos os serviços sociais públicos, incluída a saúde.

Apesar da tendência de luta mostrada na greve da saúde, as direções das organizações sindicais não chamam a luta unitária aberta contra o plano e o governo. Pior do que isso, alguns ainda participam na campanha demagógica governamental, como é o caso do pelego direitista Luís Antônio Medeiros, da Força Sindical, e do quebra-greves Vicentinho, da CUT.

As bases devem rechaçar essa conduta conciliadora e submissa ao governo destruidor da saúde pública. A CUT e os sindicatos deviam sim é fazer uma campanha nacional para combater o governo e seu plano de destruição do serviço público.

Nacional

150 Anos do Manifesto Comunista

Formou-se o Comitê Organizador Estadual em São Paulo

No dia 7 de junho de 1997, no Plenário da CUT Nacional, foi formado o Comitê Organizador Estadual de São Paulo das comemorações dos 150 anos do Manifesto Comunista.

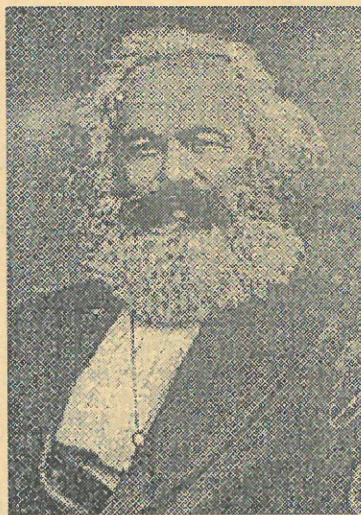
Para os presentes, foram bem claras a intenção de se organizar tal comitê. Procura-se dar, neste momento, um basta na pressão pró-imperialista de que a História acabou e de que o socialismo morreu e de agora só existe o capitalismo triunfan-

te. Uma rápida olhada ao nosso redor mostrará que esta premissa do imperialismo é totalmente falso. O capitalismo tem levado cada vez mais a humanidade à barbárie. E que a grande responsabilidade pelo que aconteceu e acontece nos antigos Estados Operários, hoje em processo avançado de reintegração ao capitalismo

deve-se aos estalinistas. Por sua vez, os reformistas e ex-estalinistas, depois que o imperialismo professou a morte do comunismo, se transformaram em ardentes defensores de um capitalismo mais humano.

Também, todos foram unânimes em afirmar que deveríamos utilizar da comemoração dos 150 anos para dar um basta ao rolo compressor ideológico imposto pela burguesia e mostrar que as idéias que inspiraram Marx e Engels a escrever o Manifesto Comunista são cada vez mais válidas.

As tarefas a que tal Comitê se propõe são grandes. É um bom



momento para que as várias correntes que o compõem possam através do debate franco e aberto de suas posições, avançar para discutir os problemas reais que envolvem o desenvolvimento do marxismo hoje em dia.

É importante que este Comitê não fique em 4 paredes. A luta ideológica contra a burguesia, neste momento de crise e restauração capitalista na Rússia, China etc. é essencial. Mas esta deve estar em relação com a luta

das massas.

Nós poristas entendemos que este Comitê só alcançará o seu papel se ajudar no trabalho de formação da consciência de classe das camadas oprimidas e, principalmente, do proletariado e em sua organização para enfrentar a luta de classes.

Devemos aprender com Marx e Engels que, quando nos referimos a organizar as massas oprimidas como classe, queremos dizer construir o partido revolucionário da classe operária, única forma de concretizar os ideais de Marx. E isto só será possível com um duro embate programático e um incansável trabalho de organização da vanguarda. É neste sentido que o Comitê pode auxiliar.



A mudança dos critérios de eleição para o Conselho da Apeoesp é mais um passo na burocratização do sindicato

Na região Oeste-Lapa, a corrente Articulação, ligada à diretoria da Apeoesp, defendeu uma eleição sob a base das urnas "caça-votos" (volantes) e um grande número de urnas fixas nas escolas. Para isso, utilizou o argumento de que o professor deveria votar sem se preocupar em sair do local de trabalho. Assim, se apoiando no ditado popular da lei do menor esforço, ganhou a votação na reunião de representantes de escolas.

A Corrente Proletária na Educação, ligada ao Partido Operário Revolucionário, se colocou contra e defendeu uma campanha de politização para atrair o professorado na defesa do sindicato e de eleições democráticas. Denunciou a falcatura armada para eleger os porta-vozes da diretoria da Apeoesp e impedir que o POR mais uma vez assumisse a primeira colocação no Conselho de Representantes na região. Haja vista que nos dois últimos anos o POR compareceu derrotando os "liberados" da diretoria. Para a Articulação, a derrota do POR representa a possibilidade de conter o avanço das idéias revolucionárias na classe.

A eleição do CR contou com 72 urnas, sendo 10 volantes. A Corrente Proletária, juntamente com professores independentes, não tinham como fiscalizar todas essas urnas. Essas foram deixadas nas escolas e recolhidas à noite. Portanto, uma eleição despolitizadora e que se resumiu no recolhimento dos votos. Foram coletados 1672 votos, num total

de 3200 sócios. Como era de se esperar, venceu a Articulação. O POR ficou em segundo e quinto lugares. A chapa de oposição não conseguiu eleger os sete representantes indicados. Uma parcela de professores não votou em posições políticas e, por isso, assinalava nomes da Articulação e da Oposição. Ou seja, não votava na chapa como expressão de uma posição política.

Dessa forma, a Articulação precisou utilizar do expediente dos caça-votos para se colocar como coordenação geral na região. Cabe aos professores, a partir dessa experiência, rechaçar esse método burocrático e apontar o caminho das eleições democráticas. Nesse sentido, há que combater esse método estranho aos trabalhadores e muito próprio dos velhos pelegos, que caçam os seus votos para se manterem no aparelho sindical.

A necessidade de preservação da direção do sindicato a todo custo obriga a Articulação a aumentar o grau de burocratização da Apeoesp. O que significa reduzir a influência das bases sobre o sindicato e impedir que estas demonstrem seu descontentamento elegendo uma direção oposicionista. A burocracia sindical se caracteriza por adaptar-se às pressões da crise do sistema capitalista e da política burguesa. Isso a coloca em conflito com os trabalhadores que vêm sua situação de vida piorar e não encontram no sindicato uma real resposta às diretrizes governamentais.

Assim, para se manter na direção do sindicato, a burocracia o transforma num aparelho desvinculado dos trabalhadores. A eliminação progressiva da democracia sindical é um sintoma da destruição do sindicato como instrumento coletivo de luta. Não é por acaso que as mudanças organizativas na Apeoesp refletem um momento de maior submissão da corrente Articulação/PT à política neoliberal do governo FHC/Covas, que atinge violentamente as condições de trabalho da maioria da população e arrebenta com a educação pública.

Avanguarda militante e a camada mais consciente do professorado está diante de um fenômeno político generalizado de anulação dos sindicatos. Somente a construção de frações revolucionárias, no interior dos sindicatos e Central, baseadas no programa antiimperialista e anticapitalista, poderá aglutinar forças para combater a política burguesa no interior dos sindicatos, expressas pelas direções burocráticas.

Educação



Diretoria da Apeoesp prepara acordo com a Secretaria da Educação em relação ao Plano de Carreira

Depois de apresentar a proposta da Secretaria da Educação (SE) sobre o Plano de Carreira e organizar algumas reuniões nas regiões, a diretoria da Apeoesp se colocou contra a convocação de uma assembléia para discutir e aprovar o caminho do rechaço ao Plano da SE. Assim, ficou de mãos livres para fazer acordos com as entidades do magistério, no sentido de corrigir algumas "distorções" do Plano, como assim diz.

Ao invés de preparar as condições para os professores resistirem a mais

um golpe do governo, a diretoria se apóia no argumento de que muita coisa não dá mais para ser alterada, a exemplo do "Fundão", ou seja, da municipalização do ensino. Como a SE vincula o Plano de Carreira à implantação do Fundão, a diretoria fica de mãos atadas. Isso porque nunca se colocou verdadeiramente por uma luta contra a municipalização do ensino. Fica dizendo que é contra mas nada faz para organizar um movimento geral contra a Reforma do Ensino, que traz no seu bojo

a municipalização e a privatização. Dessa forma, não pôde se colocar radicalmente contra o Plano de Carreira da SE. E, assim, só sobrou as velhas táticas de remendar as propostas do governo.

O Plano de Carreira da SE, que se assenta na municipalização, parte de um piso de 635 reais, por 40 horas semanais. A

diretoria apresenta a proposta de 10 salários mínimos, 1200 reais, para essa mesma jornada de trabalho. A SE propõe uma evolução a cada 5 anos. A diretoria fica na conversa vazia de "valorização em sala de aula". A SE propõe um aumento do número de alunos por série, o que significa a ampliação da exploração do trabalho e a demissão de mais professores. A SE propõe as horas-atividades como horas de permanência na escola, para a recuperação de alunos e trabalhos administrativos. A diretoria fala em jornada de 20 horas, mas faz os planos para 40. Fala em 25 alunos e 30, porém

não disse uma palavra contra a proposta.

Como se vê, o governo continua firme no propósito de privatizar parte da rede estadual, eliminar as poucas conquistas do Estatuto do Magistério e demitir ainda mais o professorado. O Plano de Carreira significa normatizar a carreira dos professores no interior de uma Reforma destruidora do Ensino.

A Corrente Proletária na Educação tem realizado várias reuniões nas escolas para denunciar a proposta da SE e a conduta da diretoria da Apeoesp. Após a exposição do conteúdo da Reforma da Educação, enfatizando o Fundão e o Plano de Carreira da SE, tem apontado a via do combate às medidas governamentais. Nesse sentido, defende a As-

sembléia massiva, amplamente convocada, para aprovar as reais reivindicações da classe. Ou seja, um piso de acordo com as necessidades vitais de um trabalhador, hoje em torno de 1800 reais. A redução da jornada de trabalho, reajustes automáticos de acordo com a inflação, o fim da municipalização e, conseqüentemente da totalidade da Reforma privatista, a aposentadoria especial, estabilizada, redução do número de alunos por sala de aula, acesso à escola em todos os níveis para toda a população, escola laica, estatização de todo sistema de ensino, sem indenização, unidade entre o fazer e o pensar (teoria e prática).

Aspectos da Tese para o Congresso da Afuse

1. A situação mundial, ao contrário, da enorme propaganda disseminada pela burguesia e ecoada pelo reformismo, é de profunda crise do regime capitalista.

O desemprego tecnológico e o provocado pela recessão são duas formas que se combinam, expressando o caráter estrutural da crise e sua decomposição mundial. Atingem tanto os trabalhadores das metrópoles imperialistas (EUA, Japão, Alemanha etc.) quanto os dos países semicolônias (Brasil, Argentina etc.)

2. Os salários estão sendo solapados de todas as formas para que os capitalistas consigam um maior lucro e se protejam da crise. A aposentadoria pública é destruída e passa a ser um luxo inacessível aos trabalhadores. A saúde pública em todos os países está sendo sucateada e a tendência é ser extinta como benefício estatal. A educação vai deixando de ser financiada pelo Estado, e os governos fazem planos que possibilitem a sua desestatização. Uma olhadela em nossa volta é o suficiente para cons-

tatar os efeitos da monumental crise do sistema econômico de exploração do trabalho, da miséria que arreventa a vida dos trabalhadores, da enorme quantidade de indigência e fome, da falta das condições mínimas de existência para a maioria dos trabalhadores.

3. A crise acima apontada é provocada pelo modo de produção capitalista. De um lado constatamos um amadurecimento nunca antes atingido pelas forças produtivas mundiais, que todavia estão encarceradas pelo modo de produção. Isto quer dizer que a potencialidade produtiva mundial já chegou a um nível tal que é possível oferecer as condições de eliminar a fome, a miséria e a maioria dos males sociais que atingem os trabalhadores em todo o mundo. Toda esta potencialidade produtiva acumulada está em oposição com o que de fato se produz, ou seja, o necessário para fornecer mercadorias aos restritos mercados capitalistas. É por isso que afirmamos se tratar de uma crise de superprodução. Ocorre que a produção é coletiva, pois são todos os trabalhadores que a produzem; enquanto a sua apropriação é individual, pois são as multinacionais e as grandes empresas capitalistas que a detêm.

4. Constatamos o esgotamento do mercado e não há como potenciá-lo no regime capitalista. Para fazer isto seria necessário que os capitalistas pagassem um maior salário aos trabalhadores e empregassem os que estão desempregados. Ao contrário, reduzem o salário para aumentar o lucro, o que reduz ainda mais os mercados. Terminam tendo de demi-

tir, pois sem compradores não adianta produzir. Para sobreviver, o capitalismo é obrigado a destruir parte das forças produtivas existentes, o que provoca o choque entre os próprios capitalistas, que disputam os débeis mercados, e esta disputa se transforma em pilhagem, o que culmina em destruição dos mercados (fechamento de fábricas) e posterior assimilação monopolista.

5. As tremendas contradições da crise capitalista se configura em uma monumental acumulação de capital financeiro parasitário que não encontra correspondente na produção. As bolsas de valores multiplicam capitais, na verdade papéis artificiais que flutuam em todo o mundo. Para escoar parte desta massa de capital financeiro parasitário, as empresas multinacionais e seus grupos obrigam seus governos a pilharem os mercados das semicolônias. Como facilmente podemos constatar, a globalização não passa de um engodo para enganar. A abertura dos mercados dos países atrasados combina-se com o protecionismo das potências imperialistas. A integração dos países atrasados ao mercado mundial não ocorrerá, e ao contrário, os planos econômicos neoliberais tendem a aumentar o abismo entre o desenvolvimento das metrópoles e das semicolônias.

6. O governo FHC responde aos planos dos países imperialistas com as diversas reformas.

7. Diante do Plano Real e do ataque à vida das massas, os reformistas (PT, PC do B etc) se opõem no campo do capitalismo. Acabam apoiando o plano em seus pontos



“positivos” e se contrapondo apenas verbalmente às medidas “negativas”. Acreditam que medidas democrático-populares possam torná-lo mais “humano”. Enganam as massas trabalhadoras afirmando a possibilidade de uma oposição parlamentar.

8. A classe operária e as massas oprimidas procuram resistir. A marcha dos sem-terra foi o marco desta resistência, onde houve uma unidade de todos os trabalhadores. Esta unidade não expressou uma luta anticapitalista e antiimperialista porque as direções do movimento (CUT, MST, PT) não uniram as reivindicações básicas dos trabalhadores da cidade com os trabalhadores do campo. A resistência contra as privatizações,

que se esboçou em alguns setores dos trabalhadores, também passou pelo crivo das direções reformistas que foram incapazes de unificar as lutas e a vontade das massas de se oporem ao governo e seu plano entreguista. Acreditam que é possível organizar as massas através dos métodos pacíficos das liminares, das negociações e da pressão parlamentar. O Plano Real está sendo imposto pelo governo por não haver uma resposta de ação direta das massas.

9. Desde o princípio de seu governo, Covas implementa a política de reformas. A meta é a privatização da educação pública, iniciando com a municipalização e as parcerias com as empresas privadas.

10. No setor administrativo (funcionários da educação), a meta do governo é a terceirização. A LDB não diz uma palavra sobre os funcionários e na PEC 233 os funcionários foram excluídos.

11. Para os funcionários da educação a defesa da educação pública toma forma especial por ser a defesa de seu emprego. A tarefa dos funcionários da educação é a defesa da unidade com os professores e alunos, bem como com todo o funcionalismo que está na mira da reforma administrativa de FHC.

SINTE / RN (REGIONAL DE CEARÁ - MIRIM)

Situação dos servidores na educação municipal

O governo Roberto Varela impõe o plano de fome, miséria e destruição dos servidores públicos. Na educação suas medidas mostram claramente isto. Demitiu, confiscou regência, nivelou o salário por baixo, invalidou o concurso alegando irregularidades, ao mesmo tempo em que usa de artifícios ilegais para contratações. O critério maior para essas contratações é o apadrinhamento político. Quanto a esses contratados, não têm nenhuma garantia constitucional (estabilidade etc.). Ficam assim à mercê da perseguição política ou do próprio diretor, o que contribui para a péssima qualidade da educação. Quanto aos professores estatutários o (des) governo municipal é mais desrespeitoso ainda, pois obriga que os mesmos requeiram sua regência, como se tivessem de provar alguma coisa para recebê-la.

Todos esses desmandos com a educação ficaram bem claros nas “tentativas” de explicação do Secretário de Educação, quando no último dia 06 de maio, na Câmara Municipal, detalhou minuciosamente as reformas pelas quais vem pas-

sando o nosso Município nas questões educacionais. Entre outros descuidos, o Secretário afirmou que a prioridade atual nas escolas é matricular a maior quantidade de alunos possível. Isto como forma de assegurar mais verbas para as escolas. Não parece contraditório para um governo que diz querer melhorar o nível da educação? E os salários? E as condições de trabalho?

A direção do SINTE/RN colabora com os projetos neoliberais do prefeito Roberto Varela

Diante do quadro exposto acima o que faz o sindicato, enquanto representante dos trabalhadores?

Infelizmente o Sindicato Municipal tem uma das direções mais pelegas em nível nacional, pois a maioria dos seus diretores têm cargos de confiança na atual administração. É uma direção antidemocrática, pois manobra as assembleias para prolongar seu mandato, gastou abusivamente as finanças do Sindicato sem controle da base e hoje quer reorganizar o Sindicato com o apoio do Prefeito.

O que a direção do SINDS-

CEM faz hoje é rezar na mesma cartilha ditada pelo Prefeito e, por isso, está de joelhos implorando urna simples negociação salarial, como forma de aliviar a consciência.

Ao invés de fazer jogo duplo, a direção deveria estar cumprindo o seu papel: organizar e mobilizar os trabalhadores para se contraporem aos projetos de destruição dos serviços públicos (saúde e educação) e ao governo Roberto Varela, discutindo no interior da categoria a natureza ideológica deste governo, que é de classe/capitalista. Pois somente a luta direta dos trabalhadores e suas organizações poderão pôr fim às reformas neoliberais que se aproximam.

Desde já chamamos a categoria a exigir a renúncia da atual direção e a imediata convocação das eleições.

*queremos nosso salário integral e em dia!

*contra a l.d.b. privatizante!

*pela reposição de todas as perdas salariais!

*contra a reforma administrativa do prefeito!

*eleições diretas para diretor de escola!

Educação



A reforma administrativa do governo Garibaldi é a destruição dos serviços públicos

A reforma administrativa do governo Garibaldi, que tramita na Assembleia Legislativa para votação, é um ataque brutal aos serviços públicos do

nosso Estado e às conquistas sociais dos servidores públicos. Pois, além do governo já ter aprovado o seu programa de desestatização e de desligamento voluntário dos servidores, nessa nova reforma retira licença especial dos servidores, gratificações (regência de classe), modifica regime de trabalho, dificulta as aposentadorias especial e proporcional e ataca diretamente os sindicatos, retirando os salários dos diretores.

Essas reformas fazem parte do projeto neoliberal implementado no país pelo o governo FHC e que nos Estados e municípios são adaptados pelos seus governos. O governo Garibaldi, aqui no nosso Estado, aplica fielmente esse plano de fome e miséria, pois é um governo ligado aos interesses do capital estrangeiro, por isso é submetido às pressões do imperialismo, privatizando empresas e cortando os investimentos sociais. Manipula a população com sua poupança social, que é retirada dos salários dos trabalhadores, para ajudar a pagar os juros da dívida interna. Com essa política, os serviços públicos se tornarão cada vez mais de péssima qualidade, e a população será diretamente afetada.

A direção do SINTE se adapta ao plano governamental e auxilia na destruição da educação

A direção do nosso sindicato deveria estar nas escolas, organizando a luta dos trabalhadores contra esse plano do governo, propondo manifestações, atos de rua, rechaço total ao

projeto governamental. Ao invés disso, aposta na colaboração entre o capital e o trabalho, tornando-se assim correia de transmissão da política burguesa no interior do Sindicato. Não é por acaso que nesse ano praticamente não houve campanha salarial, aconteceram três assembleias da categoria e duas com temas específicos, e a próxima, dia 03/06, é referente ao aumento da contribuição sindical. Perguntamos à direção cadê a campanha salarial? Por que numa época de ofensiva tão grande dos governos sobre os servidores, os sindicatos silenciam?. A categoria faz esse questionamento. Já colocamos em momentos anteriores que essa é uma política eleitoreira, que acredita que é possível reformar o capitalismo. E por isso jogam toda luta para as eleições burguesas (parlamento e outros) e as alianças eleitorais para 1998 estão acontecendo e trazem como centro amortecer a ação direta dos trabalhadores, atrasando a consciência da classe, desmobilizando a luta coletiva da categoria. É nesse sentido que hoje há uma apatia de um setor da classe que não consegue vislumbrar as possibilidades de derrotar o governo e também estão descrentes com o sindicato.

Por isso, nós da Corrente Proletária da Educação (oposição à direção do Sindicato) dizemos que precisamos dar um basta a essa situação. Organizemos a luta contra o governo Garibaldi e sua reforma administrativa começando por: comitês por escolas; atos públicos por bairros; convocação de toda comunidade escolar; dias de paralisação tanto na capital como no interior; culminando numa greve geral da educação por tempo indeterminado! Precisamos construir também uma oposição revolucionária a essa direção, para reconstruir a luta pela derrubada desses planos antipopulares, embasada em um programa anticapitalista e nos métodos da luta de classe.

Não ao aumento de 1% sobre os vencimentos, pelo controle da base sobre as finanças do SINTE

A Corrente Proletária da Educação é contra o aumento de 1% sobre os vencimentos da categoria. Não pelo aumento em si, pois o desconto nos contra-cheques não é muito significativo, mas pela forma como a direção do SINTE administra as finanças.

Primeiro, as prestações de contas são falsas, é só vemos os números alarmantes: de setembro a dezembro de 1996 foram gastos R\$ 9.710,84 com mobilizações/comunicações, R\$ 5.895,15 com eventos e mais gastos abusivos como: telefonemas, material de expediente, taxi etc. Sem falar que

mantém uma assessoria jurídica (R\$ 932,96 por mês) que não corresponde aos interesses da categoria. Também nunca deram uma explicação à base sobre o roubo do cheque de R\$ 5.000,00, que é um patrimônio da categoria e a direção é responsável pelo mesmo. Até hoje esse roubo é mau explicado. Exigimos uma explicação plausível, pois o dinheiro roubado pertence aos trabalhadores. Há também uma relação financeira errada entre a direção do SINTE e as regionais (repasse de 50% das consignações). E o mais grave nesta questão financeira é o cerceamento da democracia operária. Não são os trabalhadores quem decide como gastar o dinheiro. Exemplo disso é um débito de R\$ 86.000,00 contraído pela direção. É preciso explicar como foi se avolumando esse débito no sindicato à revelia da base.

Nós defendemos o autofinanciamento dos sindicatos, que as assembleias de base e congressos deliberem a forma de arrecadação financeira, pois os mesmos devem manter a sua independência do Estado e dos patrões, mas também que as direções rompam com o economicismo e corporativismo que levam a conciliação com os governos e patrões. Nesse sentido, o dinheiro dos trabalhadores deve estar a serviço das lutas, greves, manifestações, ocupações, solidariedades ao movimento sindical, social e outros. Não a serviço de uma casta burocrática privilegiada que destrói e trai as lutas dos trabalhadores e gasta as finanças ao seu bel prazer. Por isso, NÃO ao aumento, que nesse momento só beneficiará a burocratização do sindicato.

Abaixo a reforma administrativa e os governos Garibaldi e FHC!

Contra a implementação da LDB privatizante do ensino!

Contra o programa de desligamento voluntário (PRODEVIR)!

Pela implementação da campanha salarial!

Reposição de todas as perdas salariais!

Defesa dos direitos sociais, como: Estabilidade no emprego! Concurso público! Promoção vertical!

Aposentadorias e licenças especiais! Contra a destruição dos sindicatos! Construir a frente revolucionária antiimperialista!

Construir os comitês de base por escolas!

Greve geral por tempo indeterminado!

Construir uma oposição revolucionária para pôr abaixo a direção do SINTE!



Capitalismo, restauração burguesa na Rússia/China e miséria das massas

Segundo os dados divulgados pelo Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDUD), na Comunidade dos Estados Independentes e nos Países do Leste Europeu a pobreza aumentou violentamente, ou seja, 7 vezes desde 1988. O número de pessoas que vivem no limite de 4 dólares por dia cresceu de 13,6 milhões para 119,2 milhões naquela região.

Na Federação Russa a situação é mais dramática. Os salários de 1995 equivalem a 45% do valor em 1988. Houve uma queda na expectativa de vida do povo de 63 para 58 anos. As taxas de homicídios cresceram 140%. Sem dizer que 48% da população Russa é formada de pobres. O nível educacional e a renda da população coloca a Rússia no 67º lugar, muito próximo do Brasil que é de 68º.

Está aí o reflexo da restauração capitalista na ex-União Soviética. A destruição das conquistas da Revolução proletária de Outubro (1917), tendo à frente a política estalinista do socialismo em um só país e de coexistência pacífica com o capitalismo mundial, deu lugar à reconstituição da exploração do trabalho por uma minoria burguesa contra a maioria. A escravização assalariada e a destruição das condições de existência dos camponeses pobres não podem ter outras conseqüências senão a reconstituição de um amplo exército de desempregados, de baixos salários, de desintegração da família operária e outras mazelas do capitalismo.

O que chama atenção no Relatório da ONU é a tentativa de demonstrar a China como um modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na penetração maciça de capitais imperialistas e de exportação. Segundo o mesmo Relatório, sintetizado pelos jornais brasileiros, a China teria melhorado as condições de vida da maioria da população, de um terço para um décimo da população enquadrada como pobres. Infelizmente, os dados sobre a China aparecem de forma superficial no resumo apresentado. Porém, é de conhecimento que um dos salários mais baixos do mundo se encontra nesse país de restauração capitalista. Também sabe-se que milhões de camponeses estão sendo entortados do campo e não encontram qualquer tipo de trabalho. O desemprego e a miserabilidade se voltam contra as massas chinesas.

A pobreza na China, sob uma economia estatal dirigida pela burocracia

contra-revolucionária, portanto, anti-socialista, sempre teve como causa o atraso no desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, o atraso da transição de formas capitalistas atrasadas para as formas socialistas conquistadas pela revolução.

O bloqueio ao avanço das forças produtivas socialistas na Rússia, no Leste Europeu e nos países asiáticos revolucionários (China, Vietnã) só poderia resultar em manutenção da pobreza das massas. Porém, com a restauração capitalista a pobreza se transforma em miséria. A Rússia está demonstrando isso e a China fatalmente caminhará por essa mesma senda.

Cabe ainda dizer que o Relatório mostra que a pobreza vem crescendo em grande escala nos países de capitalismo adiantado, como Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra etc. Neles, já se reconhece uma população de mais de 10% vivendo abaixo da linha de pobreza. O desemprego crescente nessas potências espelha o impasse do sistema capitalista.

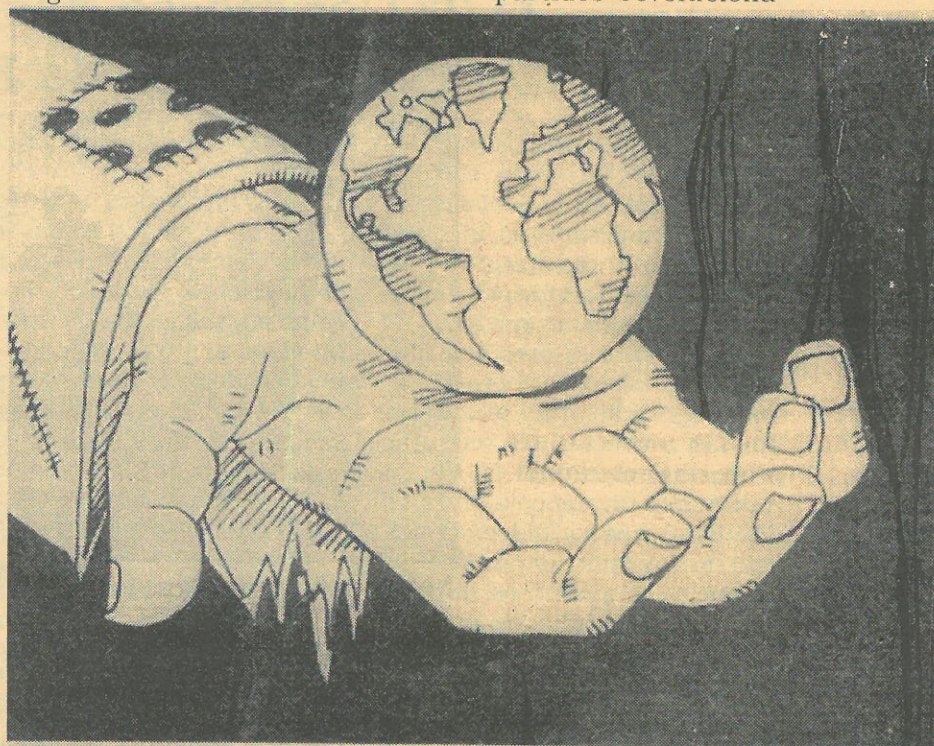
As riquezas e a capacidade de produção deram um grande salto. Mas, ao seu lado, a pobreza e a miséria não só foram mantidas como cresceram em grande escala. Como diz o Relatório,

potável.

Não é preciso insistir na situação de barbárie social de toda América Latina e, particularmente, do Brasil. O essencial do Relatório, apesar de procurar disfarçar as raízes das contradições através de comparações, é que o capitalismo está levando as massas mundiais a um patamar de miséria jamais alcançado. A restauração na Rússia, China etc não faz senão impor profundos retrocessos às transformações econômicas e sociais, aumentando o caudal de desemprego, fome e miséria.

Ao contrário do idéia de que em 20 anos o sistema capitalista terá como superar definitivamente a crise social, como estão propagando os porta-vozes da burguesia imperialista, teremos um quadro convulsivo. A tarefa imposta por essa situação é a de construir os partidos revolucionários.

Denúncia



rio, são 1,3 bilhão de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, 142 milhões de adultos analfabetos, 507 milhões de pessoas cuja expectativa de vida não atinge os 40 anos e 1,2 bilhão de pessoas sem acesso a água

rios. A revolução socialista mundial é a única resposta possível à desintegração histórica do capitalismo.

A HISTÓRIA DO TROTSKISMO NO BRASIL

O Nascimento da FBT e do Grupo 1º DE MAIO

Continuaremos a análise da história do trotskismo no Brasil. No *Massas* nº 132 comentamos sobre o Grupo 1º de Maio, dissidência do PORT depois do Golpe de 64, agora falaremos sobre a Fração Bolchevique Trotskista

Internacional

A Fração Bolchevique Trotskista

O surgimento da *Fração Bolchevique Trotskista* remonta o ano de 1967, quando militantes do Rio Grande do Sul se organizam como tendência de oposição à direção do PORT e ao posadismo, principalmente quanto aos desvios de Posadas do trotskismo, imprimindo uma linha fantasiosa. São expulsos em 1968 e, devido a grande desinformação sobre as questões da Internacional - nem sabiam do racha de Pablo com Posadas - achavam que tinham rompido com a *IV Internacional*. Fora do PORT, a FBT busca

se constituir enquanto organização nacional, buscando contatos com militantes que tinham rompido com o PORT no nordeste e em São Paulo.

No nordeste, as divergências acontecem no *Comitê Regional do Nordeste do PORT*, que representava as células de Pernambuco e do Ceará, que vêem a necessidade de unificar todos os trotskistas no país, elaborando um documento sobre esta questão. Ao chegar este documento ao conhecimento da direção, o *Comitê Regional do Nordeste* é expulso em 1969. O Regional convoca uma *Conferência do Nordeste* que aprova a entrada no FBT.

Em fevereiro de 1970, durante o carnaval, é realizada a *1ª Conferência Nacional da FBT* com células do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Pernambuco e do Ceará. Esta conferência tira uma direção provisória e decide-se por não se filiar a nenhuma organização internacional, buscando contato junto a aquelas que achavam

defender "a integridade do programa de Transição, elaborado por Trotsky em 1938."

Ao contrário da maioria dos grupos de esquerda, que adotaram normas rigorosas de clandestinidade para sobreviver à repressão, a FBT considerava que não seria atingida pela repressão, que segundo sua análise estaria voltada para os grupos foquistas. Além disto, sua forma de analisar a atividade da repressão levava a um triunfalismo nas análises políticas, achando que o movimento de massas estava em ascensão constante e a crise do regime era iminente.

Os órgãos repressivos acabaram demonstrando como sua análise estava equivocada; em abril de 1970 começou a prisão de militantes do nordeste, motivadas por uma briga de estudantes numa república, e que acabou por dismantelar toda a organização em apenas 5 dias.

O 3º Congresso dos partidos "socialistas" da Europa

O encontro entre os partidos socialdemocratas da Europa mostrou que a ala socialdemocrata do imperialismo incorporou vários princípios do neoliberalismo criado pelos setores mais direitistas europeus. O avanço desses setores nas últimas eleições se deu sobre a base de programas que procuram apenas amenizar as reformas propostas pela direita. No fundo, a principal divergência entre os direitistas e os socialdemocratas está na questão da unificação européia. Enquanto os direitistas estão empenhados no concentracionismo de mercados e capitais e no subsídio estatal à especulação financeira, os socialdemocratas têm traços nacionalistas, pois procuram preservar alguns setores da burguesia de cada país da destruição geral imposta pelo concentracionismo escondido

por trás da chamada "unificação européia".

Suas promessas de combater o desemprego não passam de engodos eleitoreiros. O desemprego se multiplica por todo o mundo como conseqüência da crise capitalista de superprodução, que tem levado os governos à aplicação de políticas recessivas, de destruição das forças produtivas, e ataques às conquistas sociais, em benefício do parasitismo especulativo.

Nenhum dos vencedores dos recentes pleitos eleitorais europeus se colocou por combater essa política geral, apenas colocam-se por atenuá-la. Na verdade, apresentam-se como os novos aplicadores do essencial da mesma política, só que ainda não estão desgastados diante das massas.

As massas européias têm dado sinais de resistência à apli-

cação das políticas neoliberais, com amplos movimentos de massa, muitas vezes radicalizados, e com forte presença operária e estudantil. O problema é que não há direção revolucionária organizada, o que deixa os movimentos à mercê das direções pró-burguesas, que têm conseguido conter as lutas através dos conchavos conciliadores com os governos antipopulares.

Trata-se de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, e suas seções nacionais em cada país. Esse partido só poderá se efetivar sobre a base da reconstrução da *IV Internacional trotskista*, que se erguerá combatendo todas as correntes que expressam as pressões de classe da burguesia no interior dos movimentos, sejam elas reformistas ou revisionistas do marxismo.

Bolívia

Congresso Extraordinário do Partido Operário Revolucionário

No dia 3 de maio se reuniu em Cochabamba o Congresso porista para orientar as massas acerca dos problemas da abstenção massiva e da luta contra a burocracia cobista.

Importância do Congresso

Quando a maioria explorada se prepara ativamente para participar dos grandes acontecimentos sociais que se avizinham, buscando combater nas ruas a política entreguista e esfomeadora do governo burguês de Goni-Patiño, teve lugar o congresso porista, com a finalidade de estudar e de dar sua resposta à urgência de rechaçar a política antinacional da burguesia, neste momento representada pelo movimentismo gonista (Goni é do Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR, partido que em 52 tomou o poder na Bolívia se colocando como nacionalista e que hoje se coloca abertamente pela política imperialista) e cujos acordos têm uma grande significação política para a maioria da população boliviana.

Como é de costume, a militância do partido - agrupada celularmente - estudou e discutiu um projeto de teses que chegou até as bases.

O centralismo democrático consiste na mais ampla discussão interna sobre os problemas colocados, a fim de levar até o exterior -até as massas- uma política única. Esta forma de funcionamento é própria de um partido bolchevique e estranha às organizações reformistas e revisionistas.

A Abstenção Eleitoral

A demagogia burguesa e do oficialismo vêm encobrendo a realidade do processo eleitoral.

Os partidos e candidatos da classe dominante se dão as mãos porque o direito ao voto se converteu - pela lei - em uma obrigação. Ao cidadão se faz votar à força. Por imposição, se lhes indica o que se faça em favor de um determinado candidato. Outra das arbitrariedades dos de cima e com a finalidade de disseminar a confusão no seio do "povo soberano", consiste em considerar os votos brancos e nulos como opostos à abstenção. Corresponde continuar persistindo no sentido de que o voto em branco não favorece a nenhum candidato político.

É preciso insistir que a abstenção na Bolívia vêm se potenciando em meio a situação revolucionária, como mostra de repúdio à politicagem e à inutilidade do parlamento.

Por isto dizemos que o potencialamento da abstenção é o trabalho que ajudará as massas a se projetarem até a insurreição, que significa sepultar a burguesia e derrubar do poder seu governo.

Para que o trabalho abstencionista possa realmente empurrar a nação oprimida até a revolução social, é necessário que os revolucionários, a partir de agora, penetrem no seio das massas para organizá-las, mobilizá-las e armá-las.

A luta pelos objetivos imediatos

dos oprimidos deve soldar-se com a atividade abstencionista, pois se trata de uma atividade unitária contra a burguesia

A Luta Contra a Burocracia Sindical

A massas se somam a nossa colocação de que as medidas de pressão, para poder dobrar o governo burguês, devem abarcar o conjunto das massas. uma greve geral tem de traduzir-se na paralisação das atividades em todo país.

Isto supõe que a luta tem de ser protagonizada pelo grosso das massas, o que supõe que estas também devem dirigir suas ações. Tudo isto somente poderá se efetivar se se organizam agora mesmo comitês de greve e de base em todos os setores sociais. A greve geral leva em suas entranhas a insurreição e é uma resposta política aos diversos problemas. Temos de atuar conseqüentemente.

(extraído de Masas nº 1564 do POR boliviano de 9 a 15 de maio de 97)

Internacional



Lançamento da revista Socialismo Científico nº 3

O POR tem trabalhado para se construir enquanto partido marxista-leninista-trotskista, única forma de se construir um partido autenticamente revolucionário. Luta essencial nessa empreitada é a construção do programa da revolução proletária no Brasil, parte integrante da revolução mundial socialista.

Na construção do partido-programa, tem importância fundamental a luta ideológica contra a burguesia e a crítica às correntes reformistas ou revisionistas do marxismo. Jamais um partido revolucionário se construiu sem vencer ideologicamente a classe dominante e pulverizar as cor-

rentes que expressam as pressões de classe da mesma burguesia.

Nossa revista pretende ser um canal para travarmos parte dessa luta, que deve abarcar também a busca da penetração das idéias marxistas no interior dos movimentos, para que estes as tornem força material e assim forjem seu partido revolucionário.

Na edição nº 3, Socialismo Científico destaca a vigência do leninismo, quando a Revolução Russa comemora seus 80 anos. Trazemos também um texto programático sobre a questão agrária, que tem se destacado no país em função do crescimento das

lutas dos sem-terra. Há ainda textos sobre a história do movimento operário e de crítica programática ao PSTU.

O apoio à publicação dessa revista é parte da luta pela construção de um autêntico partido revolucionário no Brasil. Chamamos os operários, trabalhadores, estudantes e camponeses a juntarem-se a nós nessa tarefa histórica impostergável.

Bolívia

O Repúdio à Farsa Eleitoralista é o Repúdio à Política Burguesa

Resolução do CC porista

A conclusão mais importante da análise do momento político se refere ao asco que sente o povo frente ao circo eleitoral. Este é expressão do rechaço à política burguesa - as leis malditas e outras disposições, como a destruição física dos cocaís e dos camponeses que os cultivam -, e ao entreguismo dos governos encarregados de converter o país no quintal dos gringos.

Indigenistas Servem à Burguesia

Os militantes revolucionários empenhados na luta diária se chocaram em várias oportunidades com os dirigentes indigenistas - que não duvidam em



se aliar aos politikeiros corruptos e com o contrarrevolucionário PC estalinista - que se declaram estar contra o POR, porque este se coloca por repudiar a todos os partidos políticos eleitoreiros e portanto pela abstenção, pelo voto nulo ou em branco.

O eleitoralismo empurra os dirigentes sindicais camponeses a converterem-se em serventes de determinados partidos políticos e em adversários de outros. Novamente elaboram a teoria do "mal menor", que já causou tão graves danos aos movimentos populares e sindicais. Com sua atitude diária, demonstram que tem o plano de combater o MNR preferencialmente e também os outros partidos do governo, o MBL (Movimento Bolívia Livre) e a UCS (Unidade

Cívica Solidariedade). Não dizem abertamente, mas seguramente acreditam que os partidos burgueses são progressistas, amigos do povo e dos explorados e que prestaram ajuda ao governo. Dizemos que esta é uma atitude traidora aos interesses dos bolivianos. A burguesia em seu conjunto é servente do imperialismo e incapaz de arrancar o país de seu atraso e miséria.

É todo o povo que repudia a farsa eleitoral, porque não confia no parlamento e sim na ação direta das massas.

O povo repudia a farsa eleitoral e os indigenistas eleitoreiros se convertem em traidores.

Os Professores Dirigem a Luta

Nos fatos vemos que são os professores - particularmente os de La Paz e Cochabamba - os que encabeçam e dirigem a luta revolucionária. Devemos assinalar com clareza que buscamos a derrubada de todos os partidos burgueses. Quando se coloca a abstenção, se diz que a revolução está em marcha.

Argentina

Continua a Luta Contra o Plano Antinacional e Antipopular

Os acontecimentos recentes deste início de junho vêm mostrar como continua a resistência contra o plano antinacional e antipopular na Argentina.

Na capital provincial de Salta, em torno de 150 empregados estatais demitidos foram desalojados no dia 6 de junho pela polícia, quando bloquearam das 10 às 12 Hrs. a rodovia nacional nº 9, sendo presos 12 manifestantes.

Em Orán, 260 quilômetros ao norte de Salta, outro grupo de funcionários demitidos fez um protesto no acesso a cidade e foi intimidado pela polícia. Os manifestantes, então, se deslocaram para o acostamento da rodovia nº50.

Outros protestos ocorreram em Santa Vitória Oeste com as mesmas características.

A principal reivindicação dos manifestantes é exigir do governo novos empregos, pois o plano pró-imperialista de Menem vem destruindo sistematicamente postos de trabalho.

A palavra de ordem do Programa de Transição de criação de frentes de trabalho tem hoje toda sua validade e deve ser aproveitada para intensificar a luta contra o governo.

É evidente que a direção dos movimentos devem ficar atentas às tentativas dos governos, como o de Jujuy, de tentar formar intermináveis mesas de negociações para desmobilizar o movimento.

Outro ponto é a posição do empresariado argentino. Sondados pelo governo para ajudar no embuste, os presidentes das principais federações empresariais,

o chamado Grupo dos Oito, responderam da seguinte forma: "É muito simples, se estamos com isto (se referia a sua proposta de flexibilização do trabalho) não podemos nos meter em outros temas. Nós podemos contribuir na questão da crise ajudando a que se implemente a flexibilização trabalhista", ou seja, gerar mais exploração e mais desemprego.

A luta por emprego deve se somar às outras reivindicações da classe e formar um grande movimento para pôr abaixo o governo entreguista. Esta palavra de ordem serve tanto para o exemplo argentino como também aqui para o Brasil. É preciso acompanhar de perto esta luta de nossos irmãos argentinos e nos preparar para colocar seus ensinamentos em prática.